

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial



AS ÂNFORAS ROMANAS DA NOVA SEDE DA EDP (LISBOA)

José Carlos Quaresma¹, Rodrigo Banha da Silva², José Bettencourt³, Cristóvão Fonseca⁴, Alexandre Sarrazola⁵, Rui Carvalho⁶

RESUMO

O desenvolvimento do projecto da sede da EDP na zona do aterro oitocentista da Boavista, em Lisboa, foi acompanhado por uma intervenção arqueológica preventiva extensa, da responsabilidade da ERA Arqueologia, S.A.. O local revelou testemunhos da actividade portuária de Lisboa nos períodos da Expansão Ultramarina e Contemporâneo. Todavia, a intervenção proporcionou também a identificação de evidências de uma utilização mais remota do espaço fluvial, remontando à Época Romana. O conjunto de materiais datados do período romano é composto quase em exclusivo por fragmentos anfóricos, recolhidos nos níveis lodosos equivalentes ao fundo estuarino, de permeio com artefactos ulteriores. Contudo, o estado de conservação da maioria das espécies, onde alguns mostram apreciável estado de conservação, remetem para outro tipo de fenómenos originários das formações estratigráficas, conectados com a actividade portuária de *Olisipo*. A diversidade de tipos de ânfora presentes compreende morfologias lusitanas, béticas, itálicas e africanas, abarcando uma diversidade de cronologias e conteúdos associados, constituindo um contributo para o conhecimento da dinâmica comercial romana lisiponense e das conexões respectivas então estabelecidas entre a foz do Tejo e o trânsito de mercadorias entre o Atlântico e o Mediterrâneo.

Palavras-chave: *Olisipo*, ânforas, Arqueologia Romana, Porto de Lisboa, Arqueologia Marítima.

ABSTRACT

The development works on the headquarters of EDP (Portuguese Electricity Company), located in Lisbon's riverfront area filled in the 19th century, was object of archaeological preventive works by ERA Arqueologia, S.A. The site revealed relevant evidence for town's harbour activities in the Age of Overseas Portuguese Empire and later, but also some scarce evidence related to previous uses of space, dated from Roman period. The assemblage of Roman pottery was formed, almost exclusively, by amphora sherds, collected in the muddy levels equivalent to former river Tagus bed, together with much later artefacts. In spite of this stratigraphy position, dated well after Roman Period, the presence of most of the Roman pottery is explainable through other formation processes related to harbour activities of the Roman town of *Olisipo*. Different amphora types are present, including Lusitanian, Baetican, Italic and African morphologies, enclosing diverse chronologies and contents related, the set forming a contribution to readings on commercial dynamics at stake in Lisbon between late 2nd c. BC to 4/5th c. AD, and to the role of the Tagus river mouth region involvement in sea fare traffic between the Atlantic and the Mediterranean.

Keywords: Roman Lisbon, Amphorae, Roman Archaeology, Lisbon's harbour, Maritime Archaeology.

1. IEM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa; josecarlosquaresma@gmail.com

2. CAL-DPC-CML e CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; rodrigo.banha@cm-lisboa.pt

3. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas; CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; jbettencourt.cham@gmail.com

4. CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores; cristovaofonseca@gmail.com

5. ERA Arqueologia, S.A.; alexandresarrazola@era-arqueologia.pt

6. ERA Arqueologia, S.A.; ruicarvalho@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A intervenção arqueológica de minimização de impactes efectuada pela empresa ERA Arqueologia, S.A., para edificação da sede corporativa da EDP, no quarteirão a Sudeste do cruzamento entre a Rua D. Luís I e o Boqueirão dos Ferreiros revelou uma sequência arqueológica com uma cronologia entre as épocas romana e contemporânea⁷. Foram reconhecidas três realidades cronológicas distintas: a Fábrica de Gás da Boavista, que laborou entre a década de 1840 e os primeiros decénios da centúria seguinte; o aterro da Boavista, uma das maiores obras públicas de oitocentos a nível nacional; e os vestígios associados à frente fluvial da antiga praia da Boavista, nos quais se englobam duas embarcações da segunda metade do século XVII ou de inícios da centúria seguinte e materiais relacionados com actividades portuárias, de ancoragem ou desembarque (Sarrazola & *alii*, 2014; Fonseca & *alii*, 2016; Bettencourt & *alii*, no prelo).

Os vestígios mais antigos, anteriores ao aterro da Boavista, surgiam em quatro unidades sedimentares identificadas numa sondagem geológica (EDP1). Esta revelou que a Unidade 1 foi depositada em ambiente subtidal de baixa energia até ao século XVII; a Unidade 2 a uma alteração abrupta neste padrão de sedimentação, de mais alta energia, relacionada provavelmente com uma tempestade extrema que ocorreu em 1724 e/ou com o tsunami de 1755; e as Unidades 3 e 4 a um retorno às condições estuarinas subtidais, marcada por um aumento de energia devido a uma menor profundidade da coluna de água (Costa & *alii*, 2016).

Estes sedimentos mostram um claro aumento da assinatura antrópica, sobretudo a partir do século XVI, tendo-se registado pratos e escudelas em loiça esmaltada a branco com tipologias daquele período, majólicas italianas e faiança portuguesa do século XVII ou numerosos cachimbos e garrafas de vidro do século XVIII, a par de âncoras de várias tipologias e dois navios de finais do século XVII, primeira metade do XVIII (Sarrazola & *alii*, 2014; Fonseca &

7. A complexidade dos contextos levou a empresa de arqueologia a associar-se a especialistas de diversas áreas da arqueologia terrestre, náutica e subaquática, paleobotânica e geomorfologia, nomeadamente ao CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, que garantiu a especialidade de arqueologia marítima.

alii, 2016; Bettencourt & *alii*, no prelo). Os materiais encontravam-se dispersos, não sendo possível, na maior parte dos casos, recuperar a cota de recolha e atribuí-los a uma das unidades sedimentares devido aos constrangimentos à intervenção arqueológica, que consistiu sobretudo no acompanhamento da remoção mecânica dos sedimentos. O mesmo acontece com os materiais de época romana, mais escassos, embora tenha sido registada uma concentração na zona oeste, a uma cota -3.85 ao nível médio do mar, onde foi registada uma ânfora Dressel 14 (Fig. 1, n.º 3). De qualquer modo, as características do contexto (concentração de materiais em zona ribeirinha submersa até ao aterro da Boa Vista) sugerem que este está relacionado com actividades portuárias, constituindo uma evidência directa da utilização crescente daquele espaço desde pelo menos a época romana. Neste artigo apresenta-se um estudo sistemático das ânforas daquele período.

2. O CONJUNTO ANFÓRICO

As recolhas praticadas no âmbito do acompanhamento arqueológico foram condicionadas pelas condições de escavação, efectuada sobretudo com maquinaria pesada que não permitia uma recolha sistemática porque muitos materiais estavam envoltos nos próprios sedimentos, o que explicará o carácter da composição do conjunto cerâmico de cronologia romana que a seguir se trata. De facto, apenas se conseguiram repertoriar mais 8 fragmentos incaracterísticos de paredes de ânforas lusitanas, estando a “cerâmica comum” e todas as restantes categorias cerâmicas do período romano, ausentes das amostras recolhidas.

1 (Figura 1) – Fragmentos de bocal de ânfora do tipo Dressel 1A itálica.

Conjunto de fragmentos pertencentes a uma mesma ânfora do Tipo Dressel 1A, preservando uma porção do bordo, colo, uma asa e vestígios do arranque superior de uma outra.

Bordo destacado e saliente, de secção triangular, com uma relação de espessura/largura próxima de 1/1,5. Colo projectando tendência cilíndrica, com zona de encaixe da asa no colo, localizada um pouco abaixo da aba do bordo.

Pasta de coloração avermelhada, compacta e depurada, de textura homogénea, contendo vacuólos, fendas, elementos quartzosos, alguma calcite e raros pe-

quenos ferromagnesianos, todos muito bem distribuídos. Trata-se de fabrico itálico, da área do Tirreno. Engobe externo branco-amarelado.

Ostenta a meio do colo um grafito pós-cozedura ancoriforme, invertido.

Diâmetro externo do bordo: 14,7 cm.

2 (Figura 1) – Fragmento do bico fundeiro de ânfora provavelmente pertencente ao mesmo tipo do exemplar anterior.

Fragmento equivalente ao fundo maciço com morfologia de tendência cilíndrica de uma ânfora provavelmente do mesmo tipo que a anterior.

Pasta de coloração vermelha, muito granulosa e de fractura irregular, muito compacta e muito dura, homogénea, contendo muito abundantes piroxenas, denunciando uma muito provável origem campana. Engobe externo branco-amarelado.

Altura máxima conservada: 6,7 cm.

3 (Figura 1) – Fragmentos de ânfora da forma Dressel 14 lusitana, a que falta a extremidade com o bico fundeiro.

Bordo de secção sub-triangular, o colo cilíndrico, alto, as asas de fita de secção oval dotadas de nervura profunda central. O corpo é de tendência cilíndrica. Pasta de coloração alaranjada, medianamente compacta, com muitos vacúolos arredondados, com quartzo hialino de pequena e média dimensão, escassa moscovite, rara chamota cinza e rara mica dourada, sempre de muito finas dimensões. A superfície varia entre a gama dos castanhos e castanhos acinzentados. Trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.

De assinalar que boa parte do interior do colo apresenta vestígios de resina, notando-se numa secção vertical do interior do corpo pequenas zonas de escorrimento daquele revestimento.

A morfologia da ânfora insere-se no tipo Dressel 14 lusitano, equivalendo muito provavelmente a um fabrico do Tejo. Deverá fazer-se notar que as cronologias do início da produção nos centros do “grande rio” estão ainda por precisar com acuidade, e que os modelos denominados “Lusitana Antiga”, a que sucede, estão com muito maior expressão documentados em estratigrafias lisboetas bem definidas e datadas ainda na década de 60 d.C. (Silva, Filipe & Almeida, 2016).

Diâmetro máximo do bordo – 17,0 cm; Altura máxima conservada – 83,5 cm.

4 (Figura 1) – Fragmento do bico fundeiro de ânfora da forma Dressel 14 lusitana.

Fundo de secção troncocónica, com pequena glândula exterior, macissado pelo interior com adição de argila. Pasta como a do exemplar anterior.

Altura máxima conservada: 12,8 cm.

5 (Figura 1) – Fragmento do bico fundeiro de ânfora da forma Dressel 14 lusitana.

Fundo simples, de secção troncocónica.

A pasta é semelhante à dos dois números anteriores, apresentando as superfícies acastanhadas e vestígios de alisamento a trapo.

Ostenta no exterior o grafito “P”, invertido, notando-se a grafia fechada da cabeça do carácter.

Altura máxima conservada: 9,0 cm.

6 (Figura 2) – Fragmento de ânfora da forma Lusitana 3 conservando o bordo, colo, uma asa e porção do corpo.

Bordo em fita. Asas de fita a nascer ainda na parte inferior do bordo, nervuradas, de secção ovalada. Colo um pouco convergente.

Pasta avermelhada, medianamente compacta, textura medianamente granulosa, contendo quartzo hialino bem distribuído de média e pequena dimensão, e frequente e fina moscovite. As superfícies mostram-se acastanhadas.

Trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.

Diâmetro do bordo – 9,8 cm.

7 (Figura 2) – Fragmentos de ânfora da forma Almagro 51C lusitana conservando a boca, colo, asas, uma porção do corpo e parte do fundo.

Bordo em fita, de lábio arredondado, demarcado interiormente do colo por estrangulamento. Asas de fita a nascerem da sobeira do bordo, junto ao lábio, com dupla nervura bem marcada, de secção em oval alongada. Corpo piriforme.

Pasta avermelhada, mas muito alterada pelas condições pós-deposicionais que a fizeram assumir uma coloração laranja-ocre, medianamente compacta, textura medianamente granulosa, contendo quartzo hialino bem distribuído de pequena dimensão, escassa e fina moscovite. Os processos pós-deposicionais aquáticos, e de contaminação química, alteraram profundamente a coloração da pasta.

Trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.

De conteúdo piscícola, a investigação defende um início de produção do tipo ainda nos finais do séc. II d.C., estando a morfologia consolidada em meados do século seguinte, que perdurarão até à quinta centúria (Viegas, Raposo & Pinto, 2016).

Diâmetro do bordo – 8,9 cm. Largura máxima do corpo – 29,8 cm.

8 (Figura 2) – Fragmento de ânfora da forma Almagro 51C lusitana conservando a porção superior do corpo, o colo, asas e bordo.

As características do bordo, colo e asas são como as do exemplar anterior, deste se distinguindo por a dupla nervura das asas ser menos marcada e por um aspecto mais maciço da parte superior do corpo.

Pasta de coloração laranja-avermelhada, medianamente compacta, de grão médio fino, depurada, contendo pouco quartzo hialino bem distribuído de pequena e média dimensão, rara e finíssima moscovite. Trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.

Diâmetro máximo do bordo – 12,5 m.

9 (Figura 2) – Fragmento de ânfora da forma Almagro 51C lusitana conservando a porção inferior do corpo e o bico fundeiro.

Fundo troncocónico, destacado do corpo, maciçado pelo interior mediante a adição de argila.

Pasta de coloração laranja-avermelhada, medianamente compacta, de grão médio fino, depurada, apresentando vacuólos ligeiramente alongados, contendo pouco quartzo hialino bem distribuído de pequena dimensão, escassa e fina moscovite bem distribuída e raro feldspato de média dimensão. Como o exemplar anterior, trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.

Altura máxima conservada – 15,0 cm.

10 (Figura 2) – Fragmento de ânfora da forma Almagro 51C lusitana conservando a porção inferior do corpo e o bico fundeiro.

Pasta como a do exemplar anterior.

Altura máxima conservada – 13,0 cm.

11 (Figura 2) – Fragmentos de ânfora da forma Almagro 50 lusitana, conservando o bordo, colo, uma asa e porções do corpo.

Pasta de coloração acastanhada, medianamente compacta, de grão médio fino, apresentando vacuólos, contendo algum quartzo hialino bem distribuído de

pequena e média dimensão, escassa e fina moscovite bem distribuída e raro feldspato de média dimensão. Como o exemplar anterior, trata-se de uma pasta atribuível às oficinas do Tejo ou do Sado.

Diâmetro interno do bordo – 11,8 cm.

12 (Figura 2) – Fragmento do bordo de ânfora do tipo Dressel 20, bética.

Fragmento de bordo de perfil exterior circular, dotado de inflexão equivalente a estrangulamento na face interna.

Pasta de coloração creme, bastante compacta e homogénea, com pequenos e abundantes vacuólos arredondados e alongados, algumas cavernas, abundantes E.N.P.s correspondentes a elementos quartzosos, moscovite e feldspato de pequena dimensão. As características da pasta indicam uma origem na Bética, no Vale do Guadalquivir.

Diâmetro máximo do bordo – 14,4 cm.

13 (Figura 2) – Fragmento de ânfora da forma Keay XVI bética, conservando a boca, colo, asas e a porção superior do corpo.

Bordo de secção triangular, colo curto pouco destacado do corpo. As asas são maciças, de secção ovalada, colocadas sobre o bordo.

Pasta de coloração creme, bastante compacta e homogénea, de grão fino, muito pequenos vacuólos arredondados, escassa moscovite e rara mica dourada de muito pequena dimensão. As características da pasta indicam uma origem na Bética litoral.

Diâmetro máximo do bordo – 16,8 cm.

14 (Figura 3) – Fragmentos de ânfora de morfologia indeterminada, bética, conservando uma porção inferior do corpo.

Corpo convergente, cónico

Pasta como a do exemplar anterior.

Altura máxima conservada – 15,0 cm.

15 (Figura 3) – Fragmentos de ânfora da forma Africana IIA conservando a boca, colo, asas e porções do corpo.

Bordo esvasado, de secção ovalada, demarcado do colo, que é de tendência cilíndrica mas ligeiramente convergente. As asas, de secção ovalada, nascem da parte superior do colo e fixam-se inferiormente próximo do arranque da parte superior do corpo. Este último é de tendência cilíndrica, com o terço superior inflectindo de forma convergente para

o colo. A morfologia do bordo situa o exemplar no sub-tipo IIA.2 (Bonifay, 2004).

Pasta de coloração vermelho-alaranjada, compacta, homogénea, de grão médio, medianamente depurada, com quartzo hialino eólico. Apresenta a superfície acinzentada. As características de fabrico apontam para uma possível origem numa oficina do Norte da Tunísia.

O sub-tipo Africana IIA.2 está associado a um lapso cronológico situado por Michel Bonifay (2004, p. 111) entre o final do séc. II d.C. e a primeira metade do séc. III d.C., tendo como conteúdo muito provável os preparados de peixe e não o azeite.

Diâmetro máximo do bordo – 14,9 cm.

16 (Figura 3) – Fragmentos de ânfora da forma Africana do tipo Keay 25.3 = Africana III B, conservando a porção da boca, colo e asas.

Bordo esvasado de lábio pendente e afilado, distinto externamente do colo, que é de tendência tronco-cónica, por pequeno filete. Asas de secção ovalada a nascer da parte superior do colo e a fixarem-se na parte inferior do mesmo.

Pasta de coloração vermelho-alaranjada (côr de tijolo), compacta, algo homogénea, com quartzo hialino eólico rolado de pequenas dimensões, minerais negros, calcites de grande dimensão e ocorrência de fragmentos de rocha sedimentar de médias-grandes dimensões. As características de fabrico apontam para uma possível origem numa oficina do Norte da Tunísia.

O tipo Keay 25.3 = Africana III B encerra uma cronologia situável no séc. IV d.C., podendo ter um conteúdo de preparados de peixe ou, muito provavelmente, vinário (Bonifay, 2004, p. 122).

Diâmetro máximo do bordo – 13,0 cm.

3. O CONHECIMENTO ACTUAL SOBRE A FACHADA RIBEIRINHA OCIDENTAL DE OLISIPO

Os conhecimentos acerca do interface aquático da cidade romana de *Olisipo* basearam-se, até meados dos anos 1990, em dados difusos e sem uma base contextual empírica. Contudo, este panorama iniciaria a sua mudança a partir dos meados daquela década, acompanhando a profunda transformação verificada na arqueologia portuguesa, e na lisboeta em particular. Por outro lado, sucessivos grandes empreendimentos em zonas da antiga fachada

ribeirinha iriam proporcionar novos dados para as leituras, se bem que insuficientes ainda para se traçar com certeza a configuração da paleo-topografia no período romano.

Os dados actuais permitem, no entanto, uma aproximação arqueológica a este tema, baseada nas várias propostas publicadas anteriormente, na cartografia de época moderna (sobretudo para a zona ocidental da cidade), na distribuição de materiais romanos em depósitos fluviais de baixa profundidade ou na localização das várias cetárias identificadas na baixa da cidade desde a década de 1980. Estes vestígios marcam os limites para a linha de costa, os primeiros porque documentam ambientes interditaes ou sub-tidais, os segundos porque correspondem a estruturas construídas perto da linha de costa (Figura 4). No Pátio do Ministério da Marinha, junto à Avenida da Ribeira das Naus, teve lugar em 1995 uma intervenção arqueológica de acompanhamento da abertura de um poço do Metropolitano, conduzida por uma equipa ligada à administração central. Ali se reconheceu uma longa sequência estratigráfica, com notada relevância das unidades formadas em Época Moderna e um justificado destaque para o achado de uma estrutura desse período, ligada à construção naval (Marques & Santos, 2000).

Este trabalho permitiu detectar um nível (“camada 14”) que os escavadores descrevem como de “argila arenosa, de cor negra acinzentada” (Marques, Sabrosa & Santos, 1997, p. 166) e situar o antigo leito do Tejo neste ponto numa cota absoluta de -3,25 m (Idem, p. 167).

O conjunto material associado a esta unidade da estratigrafia equivalia a cerca de 500 fragmentos cerâmicos, maioritariamente paredes inclassificáveis de ânforas, à excepção de um muito limitado número de dez exemplares desta tipologia de contentor (8 “NMI”), um prato do tipo Hayes 76 em TSCIA-D, um outro Hayes 27 em TSCIA-A um púcaro e um fundo de bilha, ambos em cerâmica comum regional (Idem: 166-167). As morfologias anfóricas representadas reportavam-se a uma Dressel 14 lusitana, duas Dressel 7/11, igual número de Keay XVI, uma Dressel 20, todas béticas, uma ânfora africana de tipo indeterminável e uma outra inclassificável (Idem).

Os trabalhos arqueológicos na metade oriental da Praça do Município, em 1997, permitiram de igual modo a identificação de um potente nível de cascalheira (“unidade 15”), cujo topo se situava à cota absoluta - 0,50 m (Muralha & Leitão, 1998). A detec-

ção de cerâmicas de cronologia romana de permeio com a cascalheira (que chegava a atingir 70 cm de espessura) foi feita num único plano intermédio e já durante os trabalhos da construção do parqueamento subterrâneo, e a recolha, executada por um dos autores (RBS), incidiu numa faixa de 10 m de largura este-oeste ao longo de toda a longitude do espaço e só num nível previamente rebaixado mecanicamente. Tratou-se de uma recolha selectiva, que permitiu reunir um conjunto escasso de cerca de uma dezena de fragmentos em *terra sigillata* (sudgálica e clara africana-A, C e D), «Cerâmica Africana de Cozinha» e um vidro. Poucos exemplares de cerâmica comum regional e um bordo de alfariz itálico do tipo Dramont D2 ampliavam o conjunto, amplamente dominado pelo material anfórico, de que se recolheram somente cerca de 200 fragmentos (em curso de estudo por Rui Roberto de Almeida): ali se assinalou a presença de contentores do tipo Maña C2b, Dressel 1 do Tirreno (muito escassos), Dressel 14, Lusitana 3, Almagro 51C, lusitanos, Haltern 70, Dressel 7/11, Dressel 20 e Keay XVI, béticos, dois fundos africanos inclassificáveis, e uma parede eventualmente pertencente ao tipo Oriental LR2.

Também não muito distante do Pátio do Ministério de Marinha, e contíguo à Praça do Município, o edifício do Banco de Portugal foi alvo de uma prolixa intervenção arqueológica em anos recentes, que vem sendo largamente divulgada (Rocha & *alii*, 2013).

No local, 2022 fragmentos anfóricos eram inventariáveis: 1215 oriundos do Tejo/Sado, 210 Guadalquivir, 286 da Baía Gaditana e em menor número itálicos, africanos, gauleses e do Mediterrâneo Oriental (Rocha & *alii*, 2013, p. 1012). Predominam os tipos Dressel 14, com 614 exemplares (30,4%), Dressel 20, 182 exemplares (9%), Almagro 51C, 177 exemplares (8,8%), Lusitana 3, 139 exemplares (6,9%) e outras tipologias minoritários como Almagro 50 ou Keay XVI (Idem, p. 1012). O conjunto do Banco de Portugal, o mais extenso dos já repertoriados, incluía igualmente uma amostragem vasta de *terra sigillata*, alvo de estudo monográfico recente, onde mais de metade equivalia a produções africanas, as produções hispânicas de *Tritium Magallum* e de Andújar se equilibravam e a *sigillata* sud-gálica estava bem representada, sendo notório o contingente de «Cerâmica Africana de Cozinha» (Santos, 2015, p. 248). Encontrando-se os três locais referidos numa disposição vagamente em linha recta perpendicular ao rio, mais do que o jogo de cotas entre eles interessa

fazer notar a distinta representatividade das várias classes cerâmicas, que se situa bem acima dos 90% de material anfórico no Pátio de Marinha e Praça do Município, números que sintomaticamente baixam no Banco de Portugal em razão da muito maior proximidade às zonas mais densamente ocupadas do subúrbio ocidental de *Olisipo*.

Se estas zonas expectavelmente encerrariam evidências portuárias, o achado do horizonte estratigráfico romano de fundo estuarino na Praça D. Luís I, reconhecido numa extensão de 254 m² (Parreira & Macedo 2013; Parreira & Macedo 2016, p. 167), permitiu reequacionar as leituras da geografia portuária da cidade romana, e chamar a atenção para o papel desempenhado pela antiga “Ribeira Ocidental” de Lisboa em época romana.

Na Praça D. Luís I recolheu-se um número ainda não especificado de fragmentos, entre as cotas -3,6 e -3,85 m, nos quais se identificaram variadas produções (*terra sigillata* sudgálica, hispânica, clara africana D, paredes finas – uma das quais de Montans –, e “uma curiosa imitação” – ? – de TSClAf-A, TSClAf-C e CAfC, para além de cerâmica comum (Idem)). O conjunto anfórico era, como seria de esperar, predominante, tendo permitido a identificação de 28 exemplares de Dressel 14, 15 de Lusitana 3, 8 de Almagro 51C e 3 Almagro 50, entre as produções lusitanas, mas também 1 Dressel 1 itálica, 1 Haltern 70, 1 Dressel 20 e 7 Keay XVI, béticas, 1 Gauloise 4, 3 Africanas II ou III e, constituindo as mais antigas evidências do local, dois exemplares das morfologias 4.2.1.1 e 8.2.1.1 de Ramón Torres (Idem, pp. 168-170).

A despeito da dispersão cronológica do conjunto da Praça D. Luís I, é interessante notar a coincidência dos arcos cronológicos deste local e da Sede da EDP, devendo a este propósito destacar-se a documentação da presença de contentores anfóricos do período Republicano Romano, que sugerem uma actividade portuária desenvolvida ainda nos séculos antes da Era, e a vitalidade bem mais expressiva atingida no período Imperial. O pequeno conjunto anfórico da Sede da EDP vem, portanto, juntar-se às evidências que permitem sustentar a leitura de um papel portuário desempenhado pela antiga “Ribeira Ocidental” de Lisboa no período romano, em particular da hoje desaparecida Baía da Boavista.

Lisboa, Junho de 2017

BIBLIOGRAFIA

- BETTENCOURT, José; CARVALHO, Patrícia; COELHO, Inês; FONSECA, Cristóvão; LOPES, Gonçalo; SILVA, Tiago (no prelo) – Os navios de Lisboa: balanço e perspectivas de investigação. In *Actas do I Encontro do Centro de Arqueologia de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- BONIFAY, Michel (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d’Afrique*. Oxford: BAR International Series. 1301.
- COSTA, Ana; FREITAS, Maria Conceição; INÁCIO, Miguel; FATELA, F.; LOPES, Vera; ANDRADE, César; CACHÃO Mário; MENDES, P. M.; SARRAZOLA, Alexandre; MACEDO, Marta; BETTENCOURT, José; CARVALHO, R.; FREITAS, Teresa (2016) – Single events and century-scale evolution of the northern margin of the Tagus River before the Boavista landfill: a multidisciplinary approach to a natural and anthropic sediment record. *Estudos do Quaternário*. APEQ: Braga. 14, pp. 92-104.
- FONSECA, Cristóvão; BETTENCOURT, José; BRAZÃO, Alexandre; CHOUZENOUX, Christelle; PINTO, Marco; SILVA, Tiago; CARVALHO, Patrícia; COELHO, Inês; FREIRE, Jorge (2016) – Boa Vista 1 and Boa Vista 2: first data on two Early Modern ships discovered in Lisbon (Portugal). In NEGUERELA MARTÍNEZ, Iván; CASTILLO BELINCHÓN, Rocío; RECIO SÁNCHEZ, Patricia, coord. – *IKUWA V. Proceedings of the 5th International Congress on Underwater Archaeology – A heritage for mankind*. Cartagena: Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, pp. 957-967.
- MARQUES, João; SABROSA, Armando; SANTOS, Vítor (1997) – Estrato romano da Avenida Ribeira das Naus (Lisboa). *Almadan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. 2^a Série, n.º 6, pp. 166-167.
- MARQUES, João; SANTOS, Vítor (2000) – Acompanhamento das Obras do Metropolitano de Lisboa: Intervenção Arqueológica na Avenida da Ribeira das Naus. In *Actas do 3^o Encontro Nacional de Arqueologia Urbana (20-23 de Fevereiro de 1997)*. Almada: Câmara Municipal de Almada, Divisão de Museus. (col. *Monografias – Arqueologia*), pp. 165-176.
- MURALHA, João; LEITÃO, Manuela (1998) – *Relatório Final da Intervenção Arqueológica da Praça do Município (Lisboa) 1996-1997*. Lisboa: Museu da Cidade (policopiado).
- PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta (2013) – O fundeadoiro romano da Praça D. Luís I. In *Congresso de 150 Anos Associação dos Arqueólogos Portugueses*. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 747-754.
- PARREIRA, Jorge; MACEDO, Marta (2016) – Lusitanian Amphorae and Transport Coarse from the Roman Anchorage of Praça D. Luís I (Portugal). In PINTO, Inês Vaz; ALMEIDA, Rui; MARTIN, Archer, eds. – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Exeter: Archaeopress (col. *Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, n.º 10), pp. 167-171.
- ROCHA, Artur; REPREZAS, Jéssica; MIGUEZ, João; CORREIA, Joana (2013) – Edifício Sede do Banco de Portugal em Lisboa. Um primeiro balanço dos trabalhos arqueológicos. In ARNAUD, José; MARTINS, Andrea; NEVES, César, eds. – *Arqueologia em Portugal. 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, pp. 1011-1018.
- SANTOS, Ana dos (2015) – *A Terra Sigillata e a cerâmica de cozinha africana do Edifício Sede do Banco de Portugal (Lisboa) (Dissertação de Mestrado)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- SARRAZOLA, Alexandre; BETTENCOURT, José; TEIXEIRA, A. (2014) – Lisboa, o Tejo e a Expansão Portuguesa: os mais recentes achados arqueológicos da Lisboa Ribeirinha. In *O Tempo Resgatado ao Mar. Catálogo da Exposição*. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda e Museu Nacional de Arqueologia, pp. 111-116.
- SILVA, Rodrigo Banha da; FILIPE, Victor; ALMEIDA, Rui (2016) – Julio-Claudian lusitanian amphorae: a perspective on selected contexts from Olisipo (Lisbon, Portugal). In PINTO, Inês Vaz; ALMEIDA, Rui; MARTIN, Archer, eds. – *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Exeter: Archaeopress (col. *Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, n.º 10), pp. 153-166.
- VIEGAS, Catarina; RAPOSO, Jorge; PINTO, Inês Vaz (2016) – Almagro 51C (Western Lusitania). In *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/almagro-51c-western-lusitania>), 20 July, 2016 [consultado a 16.06.2017].

Figura 1

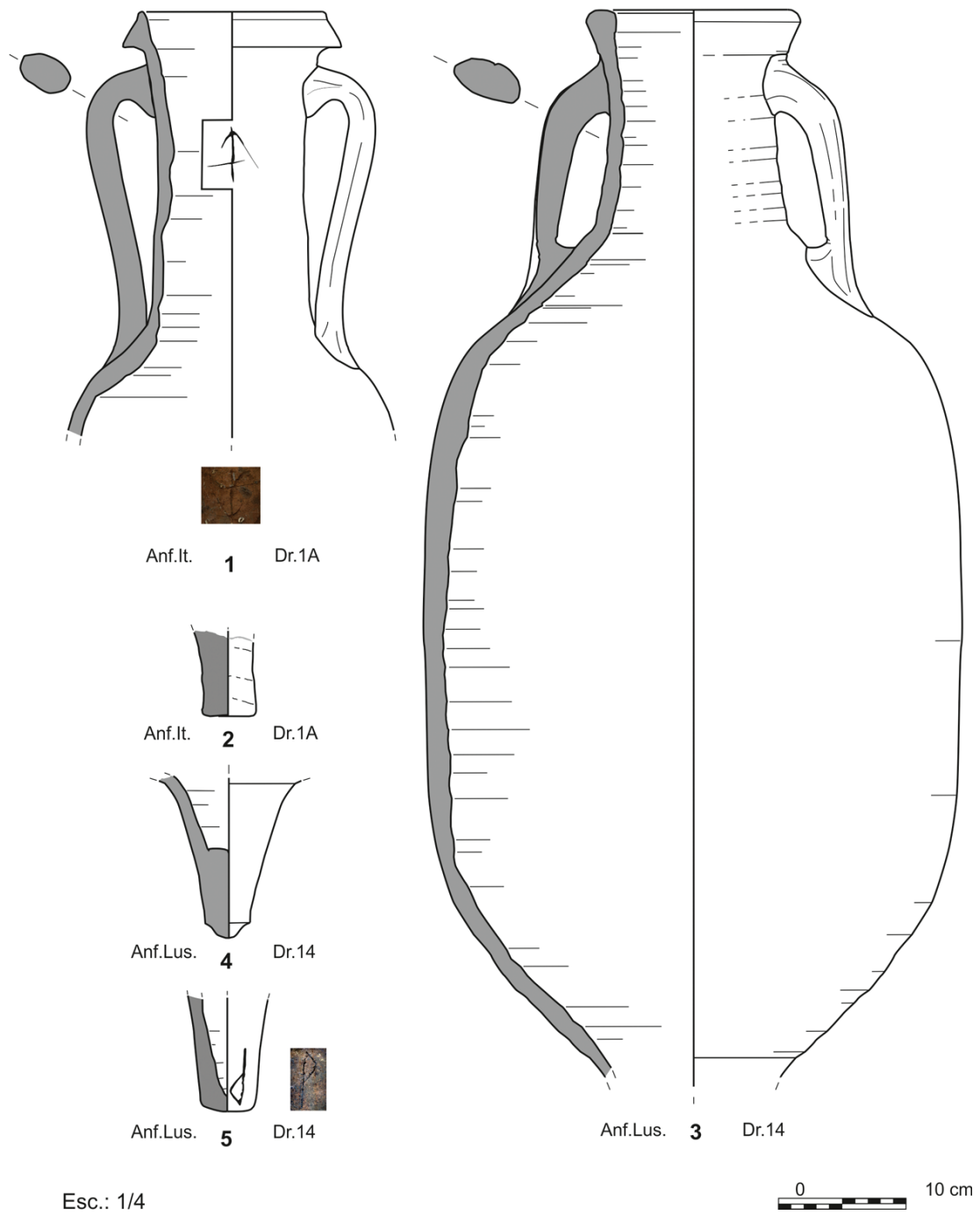


Figura 1 – Ânforas itálicas do Tirreno Dr.1A (1-2) e Lusitanas do Tejo/Sado Dressel 14 (3-5) da Sede da EDP.

Figura 2

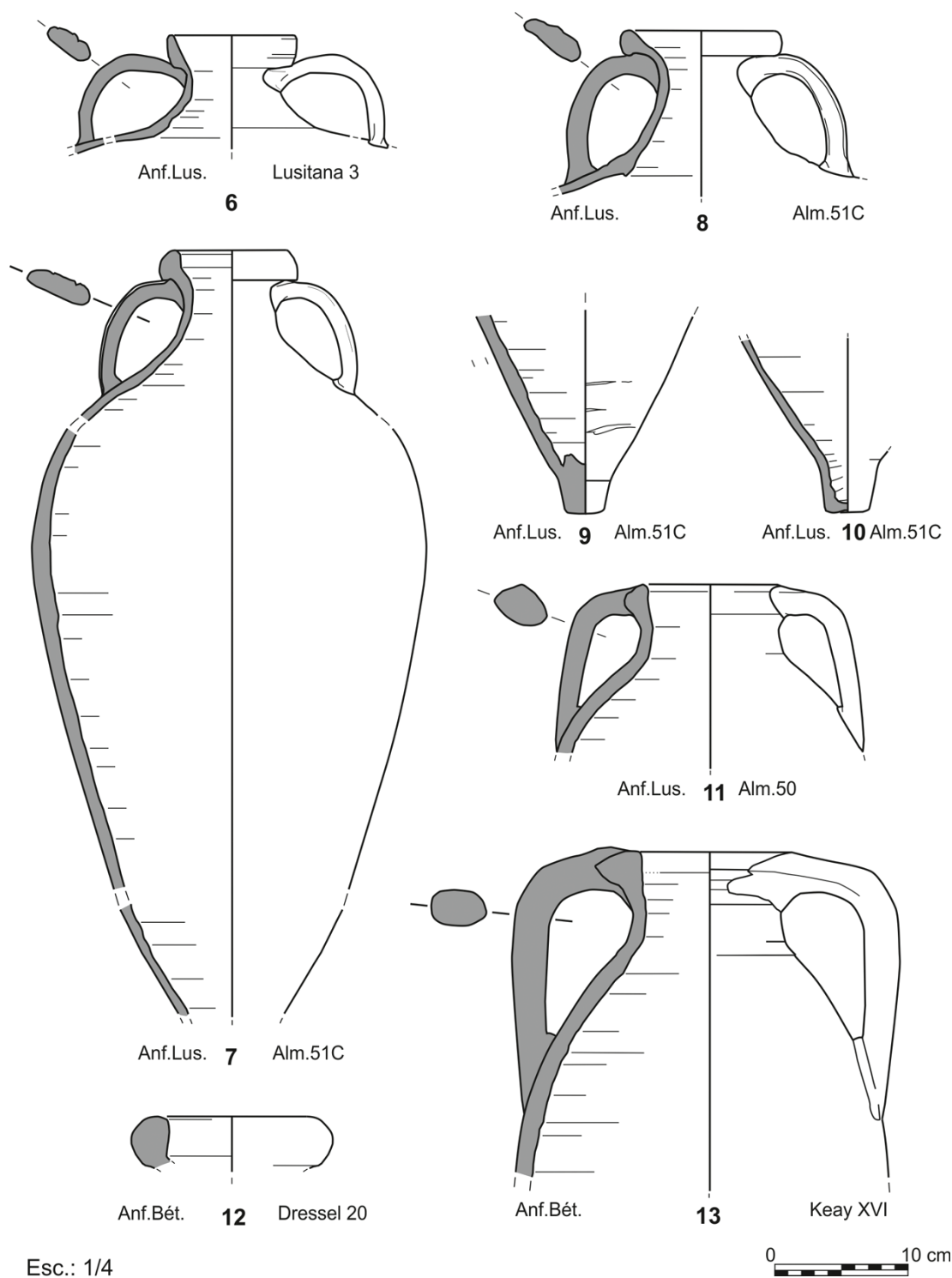
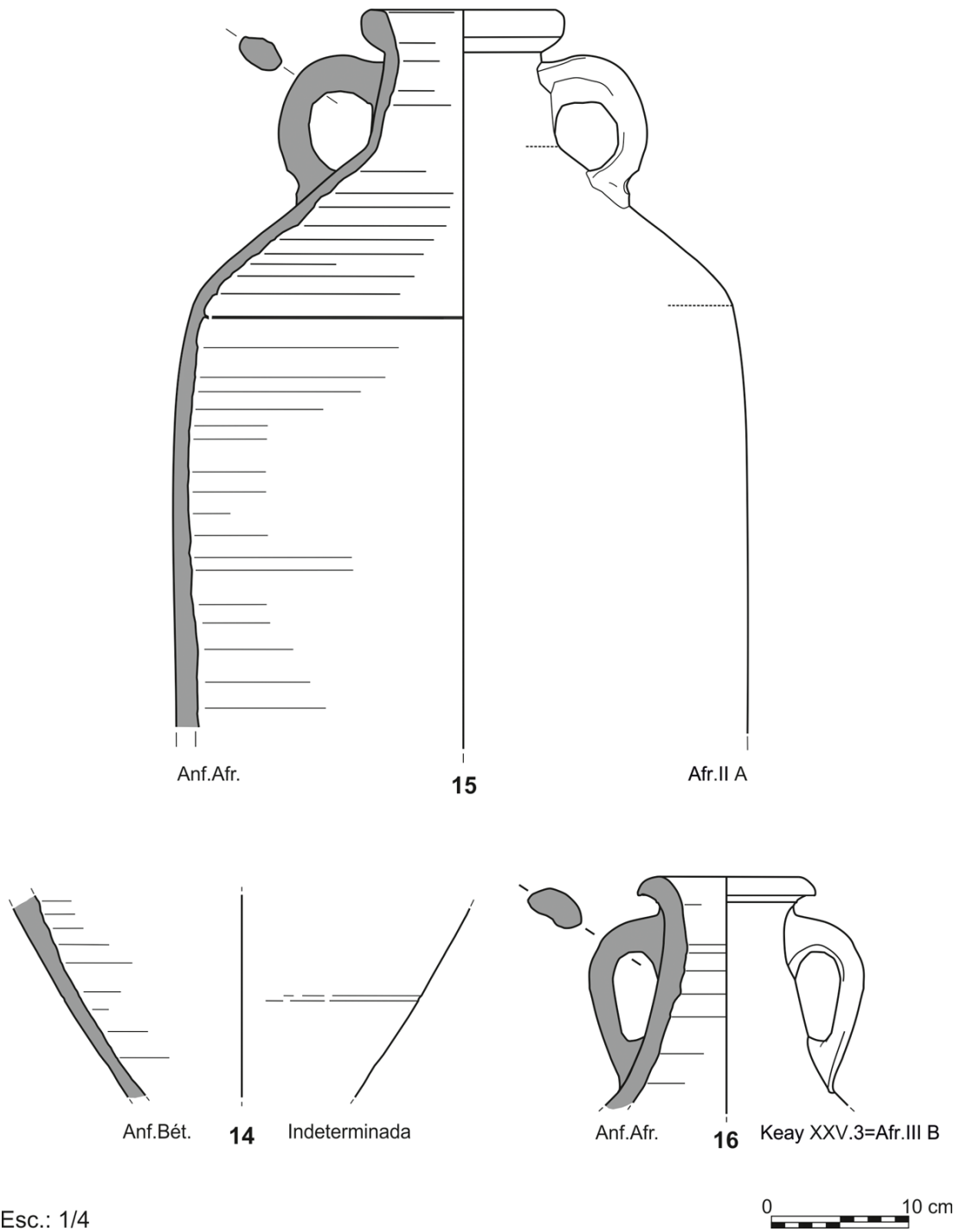


Figura 2 – Ânforas lusitanas do Tejo/Sado Lusitana 3 (6), Almagro 51C (7-10) e Almagro 50 (11); béticas Dressel 20 (12) e Keay XVI (13) da Sede da EDP.

Figura 3



Esc.: 1/4

Figura 3 – Ânforas bética indeterminada (14) e africanas Africana IIA (15) e Keay XXV.3=Africana III B (16) da Sede da EDP.

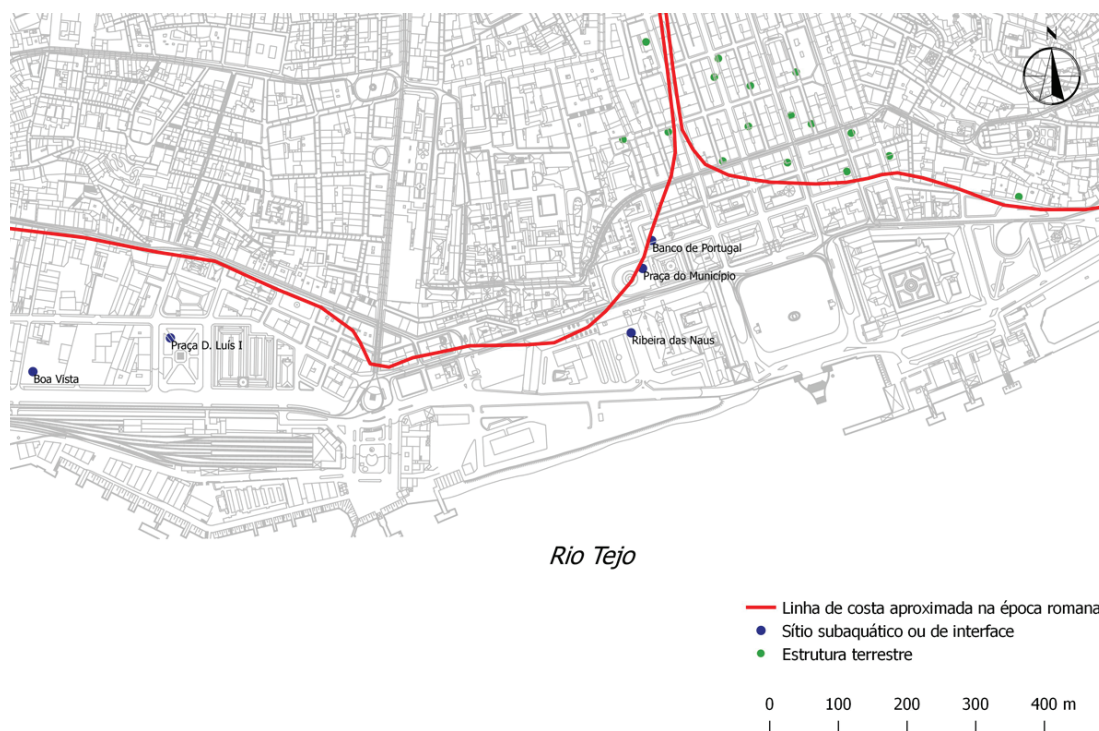
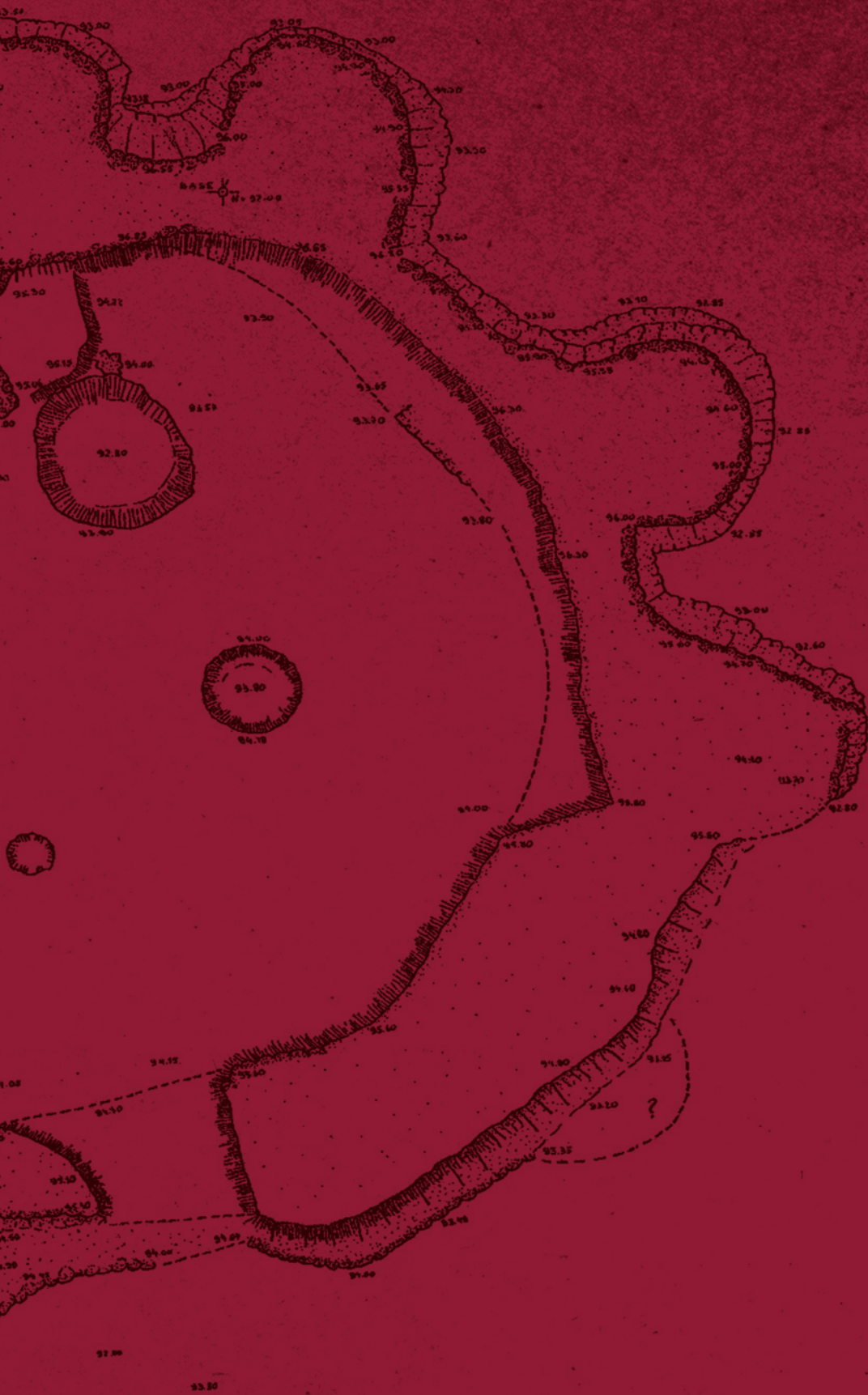


Figura 4 – Localização dos sítios arqueológicos e da linha de costa aproximada na época romana sobre levantamento topográfico de Lisboa.



Patrocinador oficial